DIÁRIO DO GRANDE ABC

Publicado em 20/02/2023 - 07:46

Entrevista da semana - Gilberto Rodrigues

entrevista da semana

Gilberto Rodrigues,
Coordenador da pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC

'O Brasil precisa voltar para o mundo'

Fotos: Celso Luiz

JOYCE CUNHA
joycecunha@dgabc.com.br

Em meio à escalada de conflitos e tensões globais e depois de período conturbado para o País no cenário internacional, o Brasil terá desafios para reconstruir o capital político diplomático e voltar a ocupar posição de prestígio em mesas de negociação. É o que avalia o coordenador da pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC (Universidade Federal do ABC), Gilberto Rodrigues. O potencial econômico e ambiental, que são créditos para a retomada do protagonismo brasileiro, podem significar oportunidade para o Grande ABC, de olho em recursos e parcerias para fortalecer setores produtivos.

RAIO X

Nome: Gilberto Marcos Antonio Rodrigues
Estado civil: Casado
Idade: 56 anos
Local de nascimento: Santos (SP)
Formação: Graduação em Direito, mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Ciências Sociais
Hobby: Literatura/ficção
Local predileto: Praia no verão e campo no inverno
Livro que recomenda: O Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior
Profissão: Professor universitário
Onde trabalha: UFABC(Universidade Federal do ABC)

Qual o status atual das relações do Brasil com outros países?

O Brasil esteve ausente nos últimos quatro anos, de forma progressiva, durante o governo de Jair Bolsonaro (*PL*). Até com certo orgulho, tendo em vista a pauta ideológica de ultradireita. Foi um período em que perdemos espaço no cenário internacional. O Brasil vinha construindo um capital político diplomático forte, crível e respeitado, desde a redemocratização, mas principalmente nos governos de Fernando Henrique (*PSDB*), Lula (*PT*) e Dilma (*PT*). A política externa brasileira acabou se pautando nos últimos quatro anos por temas muito conservadores e negacionistas, inclusive em relação à Covid-19. É preciso, para falar do cenário atual, entender que esses quatro anos de Bolsonaro fizeram com que as relações, tanto multilaterais como bilaterais, ficassem muito prejudicadas.

Quais os desafios e o que deve mudar na política externa do País com o novo governo?

O governo Lula começou antes da posse, com a comissão de transição. Um dos capítulos era a política externa. Foram reunidos especialistas para fazer um diagnóstico do que havia ocorrido no governo Bolsonaro. Este relatório de transição indica que o Brasil precisava voltar a ter contato, refazer laços com a América do Sul, no processo de integração com o Mercosul (*Mercado Comum do Sul*), com a Unasul (*União de Nações Sul-Americanas*) e a Celac (*Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos*). O Brasil precisaria voltar a ter relações amistosas, minimamente cordiais, com seus parceiros bilaterais. O diagnóstico da comissão de transição indicou que o Brasil precisava voltar para o mundo. E foi isso que Lula, em seu discurso de posse, declarou.

Quais devem ser os próximos passos para consolidar, de forma positiva, a retomada das relações internacionais do Brasil?

O que estamos vivendo a partir da posse é o sentimento de que o País volta ao cenário internacional. Mas esse retorno não se dá de maneira automática. O capital perdido nos últimos quatro anos precisa ser reconquistado, retomado a partir das negociações conduzidas pelo presidente Lula, pelo ministro das Relações Exteriores, e de outros ministérios importantes, como Meio Ambiente e Direitos Humanos, porque hoje a gente tem uma política externa multidimensional. O presidente Lula terá que agir como um grande maestro dessa orquestra, e ele faz muito bem isso. Tem tato, experiência e assume uma liderança internacional.

"A gente está reconstruindo um capital que nos permitia estar na mesa de negociação, qualquer que fosse ela."

O Brasil tem potencial para se destacar nas discussões internacionais?

A gente sempre situa como partida a redemocratização do País. A partir do momento em que o presidente Sarney assume na transição democrática, o Brasil começa a construir seu capital político democrático como um país em desenvolvimento que tem capacidade de liderança entre seus pares. E ao mesmo tempo um país que exerce essa liderança de forma mediadora, não de forma confrontacional. Nas últimas três décadas, o Brasil assume posição chave em vários tabuleiros de negociação. Tanto na área comercial, sendo uma potência econômica emergente, como ambiental. O Brasil tem 60% da Floresta Amazônica, considerada uma das maiores e mais ricas biodiversidades do planeta. Nós temos uma capacidade muito grande de negociação ambiental por conta dessa biodiversidade, e também das matrizes energéticas diversificadas, que dão credibilidade ao discurso de energias limpas e renováveis no cenário internacional.

Quais outros temas devem ter maior visibilidade na pauta da política externa?

Na área de direitos humanos, na área da democracia, as pautas progressistas do Brasil em relação às comunidades LGBTQIA+, aos quilombolas e indígenas. Isso tudo está sendo retomado agora, porque foi colocado ou de escanteio, ou foi depredado. A gente está reconstruindo um capital político que nos permitia estar na mesa de negociação, qualquer que fosse ela. Desde ambiental a desarmamento e à não proliferação nuclear.O presidente Lula fez algumas viagens importantes e já é possível dimensionar aonde o Brasil pretende ir no novo governo e quais capitais políticos diplomáticos o Brasil quer recuperar.

Já há movimentos que indicam, na prática, esse processo de reconstrução do capital diplomático?

Muita coisa foi feita no campo da política externa em menos de dois meses. Tanto em nível retórico, de declarações, quanto a retomada do Brasil em foros internacionais, as visitas que o presidente fez e também as que ele recebeu. E o governo Lula é aberto ao diálogo com países do entorno, países ocidentais, inclusive países governados por partidos de direita, que é o caso, por exemplo, do Uruguai. Isso é diplomacia na sua essência. Ela não exclui parceiros. A imprensa internacional repercute muito positivamente essas mudanças, e isso vai repercutindo pelas diplomacias. E aí o Brasil passa a ter, de novo, o tratamento que sempre teve, respeitoso, de ser consultado sobre assuntos principais, de ocupar espaços nas mesas de negociação. Isso não retira o fato de estarmos em período de reconstrução. O capital não volta automaticamente, porque foram muitas ofensas feitas, muitas violências e ausências foram sentidas em ambientes internacionais. Apesar de o Lula declarar que o Brasil está de volta, é preciso ver o Brasil de volta.

Como o Brasil deve se posicionar em relação à América do Sul e outros países da América Latina?

Faz parte da prioridade declarada do Lula esses três cenários de integração regional, que são Mercosul, Unasul e Celac. A primeira agenda internacional que Lula faz é com a Argentina, e não à toa. A ida do presidente a Buenos Aires significou a volta do Brasil para a Celac e ao mesmo tempo a retomada de uma relação de amizade, de cooperação com a Argentina. A tendência do Brasil é fortalecer a América do Sul, porque a integração plena é mais factível de ser feita com os vizinhos. E há projetos de infraestrutura que já tinham começado também pela Unasul.

É possível avaliar como deverá ser a relação do Brasil com os Estados Unidos, após uma primeira visita de Lula ao presidente americano?

"O diálogo que o presidente Lula se propõe a fazer estenderá pontes para interesses do Grande ABC."

A viagem que o presidente Lula fez aos Estados Unidos e a conversa que teve com o presidente Joe Biden foi no sentido de ter uma aliança pelo clima, pela preservação ambiental. Isso é convergente com a política externa de Biden. O presidente Lula assume tendo o Biden como alguém que passou por problemas muito parecidos de construir uma agenda internacional do País. E uma outra questão importante é a defesa da democracia liberal. Porque os regimes e os movimentos de ultradireita negam a democracia liberal. Lula e Biden, junto com leque mais amplos de chefes de Estado, formam uma coalisão de governos que prezam e que vão defender a democracia contra regimes de ultradireita, que caminham para regimes autocráticos.

Como ficam as relações com países que vivem conflitos, como Ucrânia e Rússia?

Este é um tema delicado para a política externa brasileira, porque há uma guerra em curso. O Brasil, pelo seu capital político diplomático tradicional, procura não se envolver diretamente nos conflitos e busca assumir postura de apoio às negociações, como mediador. E o País está sendo pressionado pelos Estados Unidos e pela Alemanha, na visita de seu chanceler Olaf Schilz a Lula, para apoiar a Ucrânia. Embora já tenha declarado que discorda da forma como a Rússia ocupou a Ucrânia, de forma unilateral, o Brasil terá dificuldade de votar contra a Rússia, que é parceiro do País nos Brics. A gente não sabe até onde isso será possível. A depender dos desdobramentos da guerra, o Brasil vai ter que se posicionar de forma mais clara. Manter-se nesse equilíbrismo diplomático não é algo possível por muito tempo.

O que esperar das relações com a China, especialmente em momento de novas tensões com os Estados Unidos?

O Brasil tem bons interesses na relação com a China, com quem tem 30% do comércio de exportação. Isso não tem um horizonte de mudança, porque a China é um grande comprador de commodities agrícolas e minerais do Brasil. A tensão entre Estados Unidos e China tende a aumentar. Mas o Brasil vai certamente se manter equidistante entre os dois e não vai assumir compromissos excludentes.

Esse novo momento da política externa brasileira pode gerar novas oportunidades para o Grande ABC?

Sobretudo na questão da integração, que tem como um dos mecanismos de desenvolvimento o financiamento de projetos de infraestrutura, para produção industrial, energética, para logística. Tudo isso será retomado. O Grande ABC é tradicionalmente industrial, mas nos últimos anos vem mudando de perfil para atividades de serviço fortes. Esse movimento do Brasil, da retomada da integração, pode significar impactos positivos, mas isso vai depender de negociações, inclusive setoriais. O Mercosul, por exemplo, não é um projeto só de governos. O setor privado também participa.

A região pode ganhar projeção na agenda da nova política externa com o governo federal?

O diálogo que o presidente Lula se propõe a fazer com governadores e prefeitos certamente estenderá pontes para interesses regionais, não só do Grande ABC. Mas creio que o Grande ABC, pela mudança da matriz de trabalho industrial, tecnológica, está na ponta do que ocorre no Brasil. Alguns setores terão maior impacto na agenda nacional, em movimento entre os governos federal e locais. Mas a região não precisa esperar o governo federal convidar. Esse destaque depende também da região se posicionar com as capacidades políticas e técnicas que o Grande ABC tem.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2026.